



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social
Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social - fundamentos

ANTIRRACISMO E SERVIÇO SOCIAL: ACUMULAÇÃO DE CAPITAIS E FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

CHELIMAN ALVES RODRIGUES ¹
THAIS FELIPE SILVA DOS SANTOS ²

RESUMO

O artigo a seguir adensa o debate sobre as complexas relações raciais no Brasil, entendendo que elas geraram as possibilidades históricas que estruturaram as configurações do sistema econômico atual. Para isso, o artigo discute o período da escravização, particularmente o momento histórico de acumulação original de capital, a exploração do trabalho e do corpo negro, mas também de sua resistência sistemática. A análise coloca as relações raciais como componentes da base da questão social. Sustenta a importância desses elementos históricos se basearem na concepção materialista da história, que fornece os subsídios nevrálgicos para a compreensão da totalidade social.

Palavras-chave: Relações raciais. História. Antirracismo.

RESUMEN

El siguiente artículo aporta el debate sobre las complejas relaciones raciales en Brasil, entendiendo que éstas generaron las posibilidades históricas que estructuraron las configuraciones del actual sistema económico. Para ello, el artículo debate el período de la esclavitud, particularmente el momento histórico de acumulación originaria de capital, la explotación de la mano de obra y del cuerpo negro, pero también de su resistencia sistemática. El análisis sitúa las relaciones raciales como componentes de la fundamentación de la cuestión social. Sostiene, la importancia de que estos

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Paulista

2 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

elementos históricos estén fundamentados en la concepción materialista de la historia, que brinda los subsidios neurálgicos para la comprensión de la totalidad social.

Palabras clave: Relaciones raciales. Historia. Anti racismo.

1. INTRODUÇÃO

Discutir sobre a relação racial como estrutural (ALMEIDA, 2019) significa demarcar que esta também se constitui enquanto parte componente dos elementos que formam a questão social³ brasileira. Portanto, significa abordá-la como parte integrante do construto da formação do capitalismo, ao passo que ela se relaciona com a perpetuação e reprodução deste modo de produção.

O objetivo, com este artigo, é debater os fundamentos do Serviço Social – notadamente a concepção de história – e seu alcance no trato do racismo antinegro como expressão das relações sociais de raça.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica em fontes documentais, com ênfase na teoria social de Marx e na tradição marxista, nucleadas pela formação social brasileira, notadamente a população racializada como negra, e a concepção materialista de história.

Entende-se que as relações raciais que demarcaram a escravização muitas vezes não foram tratadas a fundo, sobretudo quando consideramos seus fundamentos que se relacionam com a direta relação com a demanda da acumulação originária que foi o motor do sistema de produção capitalista.

O texto está dividido em duas partes. A primeira contém breve síntese da constituição da população negra neste país, a partir do construto do trabalho; e, na segunda, aborda-se a concepção materialista de história, que fundamenta a formação em Serviço Social, a fim de apreender a relação dialética entre passado e presente, e fornecer elementos para contribuir com o debate do racismo antinegro no Brasil.

³Segundo assevera Iamamoto (2012, p. 47-48), “A questão social é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, que promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e, na contrapartida, expande e aprofunda as relações de desigualdade, a miséria e a pobreza. Esta é uma lei estrutural do processo de acumulação capitalista. A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem a sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do ‘trabalho livre’ que depende da venda de sua força de trabalho com [o] meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades as relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (grifos nossos). Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, (IANNI, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos”.

Partimos do pressuposto de autores e autoras que dialogam com o imbricamento de tais relações, como os estudos de Ianni (1978), em sua obra *Escravidão e racismo*, em que articula o racismo antinegro como parte integrante das relações sociais de produção, e também os escritos de Moura (1977), que em suas diversas obras, confere ênfase às relações raciais, ao apontar a ligação entre o modo de produção e as relações sociais de raça, como em seu livro, por exemplo, cujo título é *O negro: de bom escravo a mau cidadão?*

Desta feita, as reflexões apresentadas neste artigo apontam para a indissociabilidade histórica entre o capitalismo e a relação racial, a fim de pontuar elementos sobre os nexos relevantes para a análise da formação econômico-social brasileira e o Serviço Social.

No cotidiano, o escravismo emerge como um construto historiográfico e superado, desvinculado das relações sociais mais amplas e racializadas, que se descortinam no tempo presente. Será?

2. NOTAS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

2.1. A acumulação de capitais

O escravismo não significa a totalidade da construção social-histórica negra, pois a trajetória da população negra transcende esse processo aviltante. Também não é um processo a ser ignorado, tendo em vista que este foi um dos pilares para a acumulação de capitais que sustentou a construção do sistema econômico vigente. Acúmulo gerado pelo trabalho realizado pela população negra nesse período, seu trabalho (embora não somente), que possibilitou as condições de reprodução do capitalismo central e periférico-dependente no país (MARINI, 2013).

Para Willians (2012), o racismo nasce de questões econômicas e não o contrário. Sendo assim, o autor explica que por meio do escravismo “deu-se uma feição racial ao que é basicamente um fenômeno econômico. A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão”

(WILLIANS, p.2, 2012).

Um dos possíveis fundamentos que a Europa pré-capitalista utilizou para instaurar a escravatura, foi desenvolvimento dos primeiros núcleos de plantação de cana-de-açúcar. O colonizador necessitou do trabalho escravizado não apenas para fins domésticos, mas como força de trabalho. As navegações vão delineando necessidades novas, que não serão satisfeitas com produtos locais e que deveriam ser adquiridos em lugares mais longínquos, estabelecendo ali uma interdependência dos países. O colonizador, então, tem no trabalho escravizado, já ocorrido em outras épocas na Europa. A impossibilidade de uma resposta a esta demanda utilizando força de trabalho europeia, fez com que fossem escravizadas pessoas do continente Africano para atender a demanda da colônia e da metrópole por trabalho (IANNI,1978). Concordando com o exposto Conceição relata que:

(...) não bastava a experiência técnica dos portugueses na fase produtiva, a capacidade comercial e o poder financeiro dos holandeses para tornar viável a empresa colonizadora agrícola das terras do Brasil. Existia também o problema da mão-de obra. Transportá-la na quantidade necessária da Europa teria requerido uma inversão demasiadamente grande, que provavelmente tornaria antieconômica toda a finalidade lucrativa. (CONCEIÇÃO, 2014, p.33).

Willians (2012) relata que as razões pela adoção do trabalho escravizado negro em detrimento ao trabalho livre não se referem a condições morais, mas sim econômicas. Compreendemos, todavia, que existiu uma dupla relação: os interesses econômicos articulados à gestão de um ideário de ser humano universal, modelo de civilidade, que corroborava para o estabelecimento da escravização de pessoas não brancas. Aceitamos a ideia de que:

a opressão dos escravos estava enraizada nas relações exploratórias de classe daquele sistema. (...) O capitalismo usou o racismo para justificar o espólio, conquista e escravidão, mas, como Karl Marx aponta, também usou o racismo para dividir e dominar – para colocar um setor da classe trabalhadora contra o outro e assim amortecer a consciência de classe” (D’ AMATO, 1999, p. 30 apud TAYLOR, p. 181, 2018).

Segundo Silva, U. (2012), o sistema colonial foi o embrião do sistema capitalista. A demanda por acumulação deste sistema estabeleceu no escravismo, a expropriação do sobretrabalho, com o intuito de acelerar este processo de aumento

de capital. Para o autor (2012), a escravidão moderna teve caráter industrial e auxiliou a consolidar o comando do capital comercial, reunindo as condições necessárias para a transição ao capitalismo industrial.

Octavio Ianni (1978) explica que ao mesmo tempo em que era criado o trabalho livre na Europa, criava-se o trabalho compulsório nas colônias. Enquanto na Europa se constituía o trabalho “livre” por causa da manufatura e do surgimento da indústria, nas colônias era implementado e expandido o trabalho compulsório. Contradição que fazia parte de um processo mais amplo, ou seja, o do capital comercial.

Para Marx (2017), a assim chamada acumulação originária relacionou-se com um processo que não foi idílico; pelo contrário, foi realizado na base de muita violência e extorsão. O autor informa que a acumulação originária, como o próprio nome diz, se relaciona com um processo de acumulação prévia.

Para o autor, o processo histórico de acumulação se apresentou para os destituídos, de forma brutal, amparado na expropriação de terras dos trabalhadores rurais e em um aparato legal que obrigava e punia duramente quem não se submetesse ao trabalho nos moldes capitalistas (MARX, 2017).

O capital teve condições históricas e materiais para afastar o trabalhador dos meios de produção, ou seja, dos seus meios de subsistência, empurrando-o ao trabalho assalariado. Marx (2017) ainda compara com o pecado original bíblico, que resultou na implicação de homens e mulheres precisarem viver com o próprio suor e observou a questão-chave que é: diferente do pecado original, no pré-capitalismo nem todos precisavam viver dessa forma, pois ainda hoje, no capitalismo, vivem à base do suor de outrem.

E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. (MARX, 2017, p. 960).

Para Ianni (1978), o capital comercial gestou e desenvolveu as formações sociais baseadas no trabalho escravo nas colônias. Enquanto esse trabalho era subordinado aos movimentos do capitalismo comercial da Europa, não importava

como esse processo se dava.

O capital comandava o processo de acumulação sem preocupar-se com o mando do processo de produção. O comerciante europeu se enriquece comprando barato com as vantagens de exclusividade que a metrópole mantém sobre os negócios da colônia e vendendo mais caro. O dinheiro se valoriza no processo de circulação da mercadoria. (IANNI, 1978, p. 8).

Moura (1992, p. 8) pontua que eram os/as negros/as que produziam a riqueza daquela época, ressaltando que essa produção era regulamentada por normas de trabalho ditadas pela: “classe senhorial e pelas estruturas de poder da época”. Diferente do trabalho no capitalismo avançado, as condições em que produziam a riqueza era de animalidade, de objetos:

O negro escravo vivia como se fosse um animal. Não tinha nenhum direito, e pelas ordenações do Reino podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado, ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir em seu favor. Era uma propriedade privada, propriedade como qualquer outro semovente, como o porco ou o cavalo. (MOURA, 1992, p.11).

O mesmo autor afirma que as pessoas negras escravizadas da época atuavam em todos os níveis da divisão do trabalho. Para o autor, os/as escravizados/as, além de plantar e colher, estavam envolvidos/as em técnicas e profissões necessárias para a prosperidade e o dinamismo dos engenhos. E as pessoas que se beneficiavam desse trabalho, direta ou indiretamente, eram: “Um todo rosário de membros parasitários, indo dos funcionários fiscalizadores, padres, hóspedes e parentes e especialmente o senhor de escravos” (MOURA, 1992, p.11).

A população escrava, no Brasil colônia, trabalhava muito e em diversos setores, mas, segundo Moura (1992), esse não foi um fato que contribuiu para que a população negra conseguisse um mínimo dessa riqueza produzida. Ao contrário, quem detinha o acúmulo dessa riqueza, com poder para exportar e comercializar esse trabalho, eram os senhores de escravizados. Confirma-se, assim, que existia a apropriação da força de trabalho, do lucro, da capacidade humana, dos corpos, das mentes. E o que era ainda mais grave, a apropriação, por parte do sistema colonial, da humanidade dessas pessoas, ou seja, havia, naquela época, um antagonismo de classes. Segundo Moura (1959, p. 20),

uma classe era: [...] constituída pelos senhores de escravos ligados economicamente em face do monopólio comercial a metrópole; outra constituída pela massa escrava, inteiramente despojada de bens materiais, que formava a maioria da população do Brasil-colônia e era quem produzia toda a riqueza social que circulava nos seus poros [...]. (MOURA, 1959, p. 20).

Ainda sobre o trabalho escravo e a relação com a economia, o autor afirma que:

A produção de uma economia colonial, e por isto destinada a um mercado externo cada vez maior, era fruto desse trabalho negro escravo. E essa economia, que passa pela produção açucareira, pela mineração, produtos tropicais e termina na fase do café, é feita pelo negro. (MOURA, 1992, p.12).

Silva, I. (2014) defende que a questão social tem suas raízes no período colonial escravocrata, momento em que houve contradição, exploração, acumulação, aviltamento, antagonismos, tensões e lutas sociais, gestadas na sociedade que, paulatinamente, instituiu a mais-valia – na era industrial – e que se traduziu historicamente pela luta contra a exploração negra e da servidão indígena. Concordamos com Silva, I. (2014), quando relaciona a questão social com as lutas operárias no período industrial.

Como o intuito aqui é fornecer mais elementos que permitam compreender as particularidades da questão social brasileira, que perpassam o período escravista e o trabalho da pessoa negra escravizada, se faz necessário pontuar que,

[para] evitarmos pensar a nossa questão social somente pelos parâmetros europeus, envidando esforços em compreendê-la a partir da nossa formação social, pois [...] os determinantes socioestruturais são os mesmos, mas a dinâmica não. (SILVA, I., 2014, p, 42).

Em consonância com o trabalho proposto, Ianni (1989) afirma que, durante a vigência do regime de trabalho escravizado, já emergia a questão social. Para ele, o fato de o escravo ser desapropriado do produto de seu trabalho e da sua pessoa, era uma prova da existência da questão social, na época. Para o autor, o trabalhador escravizado,

Sequer podia dispor de si. Era propriedade do outro do senhor, que podia dispor dele como quisesse: declará-lo livre ou açoitá-lo até a morte. A contrapartida do

escravo, era o suicídio, a tocaia contra o senhor, membros da família deste e capatazes, rebelião na senzala, fuga, formação de quilombo, saque, expropriação. Não havia dúvidas sobre a situação relativa de um e de outro, escravo e senhor, negro e branco. Não se abria qualquer possibilidade de negociação. **A questão social estava posta de modo aberto e transparente.** (IANNI, 1989, p.146, grifos nossos).

Durans (2014) afirma que não se pode compreender a questão social no Brasil sem debruçar-se sobre as complexas relações étnico-raciais que perpassam os três séculos de trabalho escravizado da população negra e da indígena, que foram o pilar da formação social brasileira. Entendemos que esses são elementos fundantes, pois perpassam as origens do pauperismo no país, que estão ligadas à herança das relações étnico-raciais gestadas nesse período. Essas pessoas construíram a riqueza do período colonial e, quando foram libertadas, não puderam adentrar o trabalho livre (FERNANDES, 2008).

Outro fator que confirma estar, a questão social, latente e aberta (IANNI, 1986), desde o período de capitalismo comercial, foram os movimentos de resistência advindos das pessoas escravizadas. James (1939, p. 22), de forma brilhante, salienta: “O único lugar onde os negros não se rebelaram foi nos livros de historiadores capitalistas”. O autor expõe que, durante todo o tempo em que houve escravização, também houve resistência; a pessoa negra pacífica, sem intelecto, que não ousou lutar, só existiu nos livros de liberais. Autores como Clovis Moura e C. L. R. James revelam e analisam aspectos objetivos da realidade que apontam para a luta negra. James (1939, p. 21), por exemplo, destaca:

A história revolucionária dos negros é rica, inspiradora e desconhecida. Negros se rebelaram contra os caçadores de escravos na África; rebelaram-se contra os comerciantes de escravos no Atlântico. Se rebelaram nas plantations. O negro dócil é um mito. Escravos em navios escravistas se atiraram ao mar, fizeram longas greves de fome, atacaram as tripulações. Há registros de escravos que subjugaram a tripulação e tomaram controle do navio levando-o até o cais, um feito de extraordinária audácia revolucionária. Na Guiana Britânica, durante o século XVIII os negros se revoltaram, tomaram controle da colônia holandesa e a controlaram por anos. Eles se retiraram para o interior, forçaram os brancos a assinar um tratado de paz e permanecem livres até o dia de hoje. Todas as colônias do caribe, principalmente a Jamaica, São Domingos e Cuba, as maiores ilhas, tiveram seus quilombos, formados por negros audazes que haviam fugido para o interior e se organizado para defender seus direitos.

Na mesma direção, Moura (1959, p. 70) destaca o caráter coletivo da revolta

escrava no Brasil colônia: “[...] a revolta coletiva será a forma característica de luta entre os escravos”. Para o autor, a quilombagem foi um movimento de contestação escrava que expressava a ferida aberta da sociedade escravista do Brasil colônia.

As condições precárias de sobrevivência da população negra escravizada, como a apropriação do seu trabalho, a falta de alimentação, as condições precárias das senzalas e a luta da população negra contra o cárcere, são provas contundentes da afirmação de Ianni (1989) sobre a evidência da questão social no Brasil colônia. É sabido que a questão social se metamorfoseou no capital maduro e se alastrou, apresentando-se em múltiplas expressões, mas não elimina o fato de, no Brasil, ter relação particular com a escravatura.

A questão social, portanto, resulta de determinações históricas que perpassaram o período escravocrata. O capitalismo apropriou-se da acumulação ocorrida nessa época, para consolidar a hegemonia do sistema e da sociedade vigente, com base na escravatura e se apropriando de corpos negros a partir de seu trabalho. Desta feita, concordamos com Fontes (2010) e entendemos que a acumulação primitiva não se findou com o desenvolvimento do capitalismo, pelo contrário ele é parte da própria configuração da reprodução do capital. Destaca a autora:

A suposição de que a “acumulação primitiva” tenha sido algo de “prévio”, “anterior” ao pleno capitalismo leva ainda à suposição de que, no seu amadurecimento, desapareceriam as expropriações “bárbaras” de sua origem, sob uma azeitadíssima expansão da exploração salarial, configurando uma sociedade massivamente juridicizada sob a forma do contrato salarial e “civilizada”. Se Marx criticava a origem idílica do capital, aqui se trata de uma figuração idílica da historicidade regida pelo capital (FONTES, 2010, p.13)

Por tanto defendemos a necessidade da apropriação deste processo histórico para o conjunto da sociedade, com o intuito de contribuir com a construção de um horizonte de emancipação humana. Nesse artigo, destacamos a importância da apreensão destes fundamentos pela categoria de assistentes sociais.

2.2. Fundamentos do Serviço Social: a concepção materialista de história

Considerando o exposto anteriormente, a intervenção antirracista pode, por meio das mediações sócio-históricas, desvendar, na formação social brasileira, os nexos, a amplitude e importância do racismo antinegro, para o modo de produção capitalista, tomando o racismo antinegro como componente fundante da questão social brasileira e, conseqüentemente, mais uma categoria histórica essencial para o Serviço Social. Assim sendo, neste tópico, vamos nos deter sobre a concepção de história constitutiva dos fundamentos do Serviço Social.

Ao tomar o racismo antinegro como objeto de investigação, verificamos que se materializam os dados estatísticos e a realidade cotidiana, que revelam o genocídio, em várias dimensões da vida, das pessoas racializadas como negras (desde a desigualdade social, passando pela desqualificação da estética negra e, no limite, a morte física). No entanto, ainda prevalece, no ideário social, que o Brasil é um país miscigenado, em que brancos e não brancos convivem em harmonia. Essa imagem social é deflagrada por estudos científicos, produções artísticas e alardeadas na toada do “mito fundador” (CHAÚÍ, 2006)⁴.

É preciso apreender qual o papel que o racismo antinegro tem no modo de produção capitalista no Brasil. A partir desse conhecimento, promover ações para a sua superação na práxis profissional cotidiana.

A análise e interpretação das relações sociais estabelecidas no modo de produção capitalistas ganham robusta densidade ao agregarmos raça, sexo, classe e território. Por essa razão, recorreremos à provocação proposta por Marques Junior (2017, p. 48), quando aponta que,

[...] se o único problema de desigualdade no Brasil se remetesse apenas ao fosso entre pobres e ricos, que, convenhamos, é um abismo, haveria uma representação paritária de negros tanto nas classes populares quanto nas classes dominantes.

Concordamos com o argumento sustentado por Ferreira e Fagundes (2021, p.

⁴“Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam como ‘cultura senhorial’, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as realizações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior que obedece. [...] A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estrutura a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem” (CHAÚÍ, 2006, p. 89-90).

64), de que os nexos da construção das relações sociais de raça, classe e sexo, podem ser apreendidos em sua densidade e processualidade, se submetidos a “relações da forma mercadoria, e, portanto, como constituintes da relação do valor” em seu momento atual de desenvolvimento.

Tais inferências dialogam com o apontado por Marques Júnior (2017), uma vez que o racismo antinegro estabelece desumanizações, condição esta que precisa urgentemente ser desnaturalizada, e assumida como uma tecnologia do modo de produção capitalista.

Partimos do entendimento proposto por Marx (2008) sobre população, ao considerar que a classe é uma abstração, se forem deixadas de lado as especificidades que a compõem. Por exemplo, uma trabalhadora negra é diferente de um trabalhador branco; apesar de estarem delimitados pela condição classista, cada um deles é conformado por mediações que os colocam em lugares diferentes, na inserção da divisão racial e sexual do trabalho, com reverberações em suas condições de sobrevivência. Nessa óptica, Almeida, L. (2017, p. 8) salienta que o proletariado, longe de ser um sujeito “homogêneo e harmônico, é dotado de contradições internas e cujos processos de constituição se desenvolvem desigualmente”.

A teoria social de Marx e a tradição marxista pressupõem leitura historicizada e radical das relações sociais, que determinam a realidade na busca de capturar o movimento do real de um objeto qualquer.

A concepção de história que emerge dos fundamentos do Serviço Social é diversa dessa historiografia positivista. Na concepção adotada pela profissão, a história não é cenário, chão, solo ou palco, como se fosse um pano de fundo demarcado pelo calendário.

A concepção de história de cariz marxiano é materialista, ou seja, é o ser social que constrói a vida (GOIN, 2016), a história é “processo de emancipação do homem em relação à natureza ou de desenvolvimento da sua capacidade de controlá-la” (GUERRA, 2004, p. 17). A concepção de história ontológica adotada pela profissão compreende que “o passado consubstancia as determinações causais que explicam por que somos o que somos [...]”, (LESSA, 2005, p. 72).

Daí a importância da concepção materialista de história para o Serviço Social, que toma como pressuposto que a realidade é concebida pela ação dos seres sociais e, conforme apontado por Yazbek (2018), os fundamentos são a matriz explicativa da realidade.

Ao buscarmos inscrever o racismo antinegro como componente da processualidade do modo de produção capitalista, o ser da racialização e do racismo, como expressão singular da discriminação, está no todo, desde as manifestações comportamentais – sua aparência factual –, até suas determinações estruturais.

As categorias da totalidade e mediação, segundo Teixeira (2019), são indispensáveis para a superação do imediato. São precisamente essas categorias que formam a coluna dorsal dos fundamentos do Serviço Social. Conforme salienta o autor, “a totalidade concreta é um guia a partir do qual as análises, que se propõem materialistas, devem ter como norte” (TEIXEIRA, 2019, p. 53).

Segundo Kosik (1976, p. 12), “compreender o fenômeno é atingir a essência [...]. A realidade é a unidade do fenômeno e da essência”. Assim, se o fenôtipo definisse o ser e estar no mundo das pessoas racializadas como negras, a biologia daria conta das relações sociais estabelecidas. Dito de outra forma: “toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 2017, p. 983).

Os pressupostos de história-teoria-método encontram-se articulados – em tridimensionalidade dialética – nos núcleos da formação profissional.

A desnaturalização do racismo antinegro só adquire significado se pensada historicamente, inserida na formação social do Brasil, ontem e hoje, em articulação com a acumulação capitalista no país e fora dele. Logo, a articulação entre conhecimento e história é, com efeito, essencial.

A história é a processualidade ontológica da produção da vida social, ou seja, um movimento permanente, o entrelaçado de atos realizados pelos seres sociais, que atendem às necessidades humanas, não apenas biológicas.

Analisar a relação entre os seres sociais e destes com a transformação da natureza significa analisar o trabalho. Segundo Lessa (2006, p. 2), o ato de

“transformar a natureza a partir de uma prévia ideação é denominado por Lukács, depois de Marx, por trabalho”.

Segundo Marx e Engels (2007, p. 40), a “história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores [...]”. Portanto, a história, na concepção materialista, deixa de ser um suceder de fatos do passado, dispostos em ordem cronológica.

Posto isso, debater o racismo antinegro na concepção materialista de história, é decifrar o papel da racialização na história da sociedade moderna, mais detidamente a sua expressão singular de discriminação e a concretude manifestada no racismo antinegro em nosso país. Consideramos que esse percurso possibilita alcançar as relações sociais de raça como *modus operandi* do capitalismo e, por conseguinte, fundamento da realidade brasileira, inescapável para as análises e interpretações, feitas pelas/os assistentes sociais.

A concepção materialista de história está vinculada a um método e consideramos que o racismo antinegro precisa ser apreendido em suas múltiplas determinações.

Interessa desvendar as determinações que constituem, legitimam e mantêm o racismo antinegro que se expressa no cotidiano das pessoas racializadas como negros/as.. Na perspectiva de totalidade, tendo a história como pressuposto fundamental para analisar o presente.

Ao deixar de analisar o racismo antinegro em perspectiva de totalidade histórica e concreta, o fenômeno emerge como fato isolado e separado do todo. Dessa maneira, o racismo antinegro apresenta-se fragmentado no e do cotidiano profissional, e escamoteado da totalidade das relações sociais, conseqüentemente, deixa de expressar as sequelas da racialização para o conjunto da classe trabalhadora. Em assim sendo, abandonamos o procedimento da razão ontológica e dialética de negar a aparência e convivemos em harmonia com o fetiche que encobre o racismo antinegro, rendendo-se à razão formal-abstrata.

Segundo Iamamoto (2006), é na questão social que o Serviço Social tem a base de sua fundamentação como especialização do trabalho. Para a autora, a

questão social é a matéria-prima do trabalho profissional. Paulo Netto (1992) afirma que, mesmo autores que não têm uma referência crítica, concordam no que se refere ao vínculo entre Serviço Social e a questão social.

Por isso, se faz imprescindível localizar as pessoas negras dentro do processo de gênese da questão social, no Brasil, pois a perspectiva nos permite ampliar a visão sobre o que significa a questão social, para que, desta forma, a profissão possa se apropriar dos fundamentos da luta de classe e do racismo e assim fugir de análises rasas ou de correntes teóricas que não dizem respeito ao Projeto Ético-Político profissional. Estamos de acordo com Rodrigues *et al.* (2014, p. 83-84) quando afirmam que a questão social brasileira:

tem suas raízes latentes na escravidão e no patriarcalismo, expressando-se no período colonial pelo trabalho escravo e pelas questões de raça e etnia, sendo um fenômeno presente durante todo o processo de formação da sociedade brasileira. Nesse contexto destacamos dois papéis relevantes desempenhados pela escravidão brasileira: o do trabalho servil, que submetia os negros à longas e exaustivas horas de trabalho, à precárias condições de moradia e sobrevivência, manifestando a desigualdade social existente na sociedade; e o das relações sexuais, materializada no livre exercício da sexualidade masculina, especialmente com as negras que eram tidas por seus senhores como objeto de satisfação sexual.

Vejam que as reflexões apresentadas sobre a questão social ser constituída da contradição capital *versus* trabalho (PAULO NETTO, 1992) no Brasil, não é possível compreender a questão social sem adentrar esse debate, levando em conta que essa população sentiu na pele (literalmente) essa contradição, a partir de sua raiz, que foi fincada desde o Brasil colonial, reverberando até o presente. Nesse sentido, a concepção materialista de história, vinculada à tradição marxista, aponta que o racismo antinegro precisa ser apreendido em suas múltiplas determinações.

Portanto, o modo de produção estabelecido no Brasil colônia está intrinsecamente relacionado ao racismo antinegro vivenciado no cotidiano pelas pessoas racializadas como negras, longe de constituir apenas um capítulo nos livros de História, de forma gregoriana, limitada pela acumulação originária, ou ainda, de ser uma questão comportamental de uma ou outra pessoa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate acerca da formação econômico-social do Brasil evidencia que há uma história a ser contada sobre a questão social nacional e sua relação com a racialização da classe trabalhadora, portanto, há nexos entre elas que precisam ser descortinados concretamente.

Defendemos que existe conexões entre a questão social e a questão étnico-racial, dado que esta é um componente da particularidade no país para que aquela se geste. Foi a relação racial, emergida a partir da escravização da população negra que contribuiu para parir o sistema capitalista, a partir do processo de acumulação primitiva do capital, e é o racismo antinegro que se entrelaça como modo determinante para que o capital estabeleça o lugar da população negra na sociedade de classes do Brasil.

Esses nexos apontam que a questão social não existe sem a questão étnico-racial, na medida em que compõe a particularidade da sua formação e a perpetuação do racismo no Brasil.

Quando falamos de questão social, trazemos à baila a tensão entre classes antagônicas, de contradição, e essa tensão se dava tanto externamente, com o capital comercial tensionando a metrópole a explorar a colônia, ao mesmo tempo em que a colônia tensionava a força de trabalho da pessoa escravizada. Não reconhecer essa dinâmica, é não reconhecer a legitimidade da história real.

A concepção materialista de história, no trato das relações sociais de raça, notadamente o racismo antinegro, transpõe a empiria do fenótipo e o correlaciona com a lógica da constituição da formação brasileira, na qual o racismo antinegro exerce papel fundamental.

No nosso entender, cabe ao Serviço Social, assim como ao conjunto da sociedade, o dever histórico de encampar e se apropriar dessa discussão e luta negra, sabendo que não existem verdades, mas a verdade real dos fatos concretos, que é perceptível, por meio da apreensão da história.

Por fim, consideramos que estão dados, na formação profissional, os elementos que conferem competência para as/os assistentes sociais serem agentes na luta antirracista. A apreensão da lógica dos fundamentos confere patamar

qualitativamente superior para as respostas às determinações que conformam a racialização das pessoas em geral, particularmente das negras e dos negros.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Uma revolução proletária de curta duração e fortíssimo impacto. **Revista Ponto e Vírgula**, n. 21, São Paulo: PUC-SP, 1^o sem. 2017.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019

CONCEIÇÃO, Renata M. D, **A questão racial como expressão da questão social: um debate necessário**, Rio de Janeiro: Editora: Monique Dias Rangel Dutra, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: O mito fundador e a sociedade autoritária**. 6. reimp. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

DURANS, Cláudia Alves. **Questão social e relações étnico-raciais no Brasil**, R. Pol. Pública., São Luís, Número Especial, 2014.

FERNANDES, Florestan - **A integração do negro na sociedade de classes**, São Paulo:Globo S/A,2008.

FERREIRA, Carla Cecília Campos; FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. **Temporalis**, ano 21, n. 42, p. 62-76, Brasília (DF), 2021.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do serviço social na América Latina e no Caribe: Caminhos do Brasil, do Chile e de Cuba**. 2016, 216p. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: PUC-RS, 2016.

GUERRA, Yolanda. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 10, 2004. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/view/759>. Acesso em: 11 mar. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sócias e serviço social no Brasil**, São Paulo Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. 1. ed ampl. Brasília: CFESS, 2012.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

IANNI, Octavio, **A Questão Social**, Revista USP, n.146, 1989.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo, Boitempo, 2010.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LESSA, Sérgio. História e ontologia: A questão do trabalho. **Crítica marxista**, São Paulo: Revan, v. 1, n. 20, 2005.

LESSA, Sérgio. **O processo de produção/reprodução social**: Trabalho e sociabilidade. 2006. Disponível em: https://www.sergiolessa.net/_files/ugd/4c396a_db544b7cb6f143718a1d13f02390dc3c.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução** In: Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

MARQUES JÚNIOR, Joilson Santana. Políticas de ação afirmativa para negros no Brasil: Elementos para uma reflexão inicial no serviço social. **Revista O Social em questão**, ano 20, n. 37, Rio de Janeiro: PUC–Rio, jan./abr., 2017. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=512&sid=52> .Acesso em: 27 fev. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. Coleção Marx-Engels.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da economia política - livro I. trad. Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala, Quilombos insurreições, guerrilhas**. Edições Zumbi Ltda, São Paulo 1959.

MOURA, Clóvis. **O negro do bom escravo ao mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

MOURA, Clóvis. **História do negro Brasileiro.** São Paulo: Editora Ática S.A, 1992.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

RODRIGUES, Jailma de Sousa; RODRIGUES, Maria Mayara; CASTRO, Jamile Silva de Oliveira; SILVA, Mirnna Vasconcelos da. **Questão social e Serviço Social: entre contexto e repercussões.** Revista Trabalho e Sociedade, n.2, v.2, Fortaleza, 2014.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social e serviço social no Brasil:** fundamentos sócio históricos. Campinas: Editora Papel Social, 2014.

SILVA, Uelber Barbosa. **Racismo e alienação:** uma aproximação à base ontológica da temática racial. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. Raça, classe e marxismo, **Revista Outubro**, n. 31, 2º semestre, 2018

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos do serviço social:** Uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. 2019, 331p. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teóricos-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. *In:* GUERRA, *et al.* **Serviço social e seus fundamentos:** Conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

WILLIAMS, Eric. Capitalismo e escravidão. Tradução Denise Bottmann. 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

,